

ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e sete (13.12.2007), às onze horas (11h), no plenário dos Colegiados, reuniram-se, para sua 78ª Sessão Ordinária, os membros do Conselho Superior do Ministério Público. Constataram-se as presenças dos Excelentíssimos Doutores: Leila da Costa Vilela Magalhães, Presidente; João Rodrigues Filho e Marco Antônio Alves Bezerra, Membros; e Elaine Marciano Pires, Secretária. Registrou-se a ausência da Doutora Angélica Barbosa Silva, por estar em gozo de férias. Verificando o *quorum* legal, a Presidente declarou aberta a sessão e deu conhecimento da **pauta**: (1) Apreciação de ata; (2) Inscrição de candidato para compor o Conselho Superior do Ministério Público; (3) Apreciação de Relatório de Correições realizadas em 2007; (4) Autos nº. 075/2007 - Requerimento de afastamento do cargo da Dra. Flávia Souza Rodrigues; (5) Expediente do Dr. Marco Antônio Alves Bezerra comunicando conclusão de curso; (6) Ofício nº. 077/3ª PCPP, de 21/11/2007, do Dr. César Roberto Simoni de Freitas; e (7) Análise das alterações na Resolução CSMP nº 002/2007. Iniciados os trabalhos, foi apreciada e aprovada, sem emendas, à unanimidade a **Ata da 77ª Sessão Ordinária**, sendo dispensada a leitura pela Secretária porque os demais Conselheiros já haviam tomado conhecimento do conteúdo dela mediante prévia leitura individual. Em seguida, foi repassada a palavra à Secretária, que noticiou o **deferimento da inscrição** do Dr. José Demóstenes de Abreu como candidato único à eleição pelos Promotores de Justiça para compor o Conselho Superior, cujo pleito está agendado para o próximo dia 14. Em continuidade, foi apreciado o **Relatório das Correições realizadas em 2007**, encaminhado pelo Doutor João Rodrigues Filho, Corregedor-Geral. O Dr. Marco Antônio ressaltou que a matéria apresentada é do conhecimento de todos conselheiros, em função de já ter sido apreciada pelo Colégio de Procuradores. A Presidente, então, com o assentimento dos demais, declarou cumprida a exigência legal. Logo após, passou-se à análise dos **Autos nº.**

075/2007. Interessada: Dra. Flávia Souza Rodrigues, 2ª Promotora Criminal de Paraíso do Tocantins. **Assunto:** Requerimento para afastamento remunerado do cargo a fim de freqüentar curso *stricto sensu* de mestrado em Direito Político e Econômico, por dois (2) anos, a partir de fevereiro de 2008. **Relatoria:** João Rodrigues Filho. Em apreciação, deliberou-se à unanimidade pela designação de data para a entrevista pessoal da requerente, nos termos do despacho do relator, a ser realizada na próxima Sessão Ordinária, que ocorrerá no dia 10/01/2008, devendo a Secretaria do Conselho providenciar a cientificação da interessada, como dispõe o artigo 107 do Regimento Interno. Dando seguimento, passou-se a apreciação do **Ofício nº. 077/3ª PCPP, de 21/11/2007, do Dr. César Roberto Simoni de Freitas**, que sugeriu algumas adequações na Resolução nº. 002/2007, especialmente no que tange à formalização de Termo de Ajuste de Conduta, as quais foram reputadas pertinentes, mas serão objeto de deliberação final quando da apreciação específica da referida resolução. Em ato contínuo, foi apreciado o **Expediente do Dr. Marco Antônio Alves Bezerra**, onde informa a conclusão do seu curso de pós-graduação *strito sensu*, Mestrado em Direito Público, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Presidente declarou cumprida a exigência regimental e determinou à Secretaria do Conselho que faça juntada do documento aos Autos nº. 001/2007, e as comunicações ao Departamento de Recursos Humanos e à Corregedoria-Geral. Na seqüência, a Secretária solicitou a palavra para informar aos Conselheiros sobre o andamento dos Inquéritos Civis Públicos abertos há mais de cento e oitenta dias. Disse, ainda, que nestes casos os respectivos Promotores de Justiça foram notificados para prestarem informações e já remeteram as devidas justificativas. A sessão foi suspensa às doze horas (12h), com retorno aos trabalhos às quatorze horas e trinta minutos (14h30min). Dando continuidade, o Dr. João Rodrigues apresentou a **proposta de alteração da Resolução CSMP nº. 002/2007**. Após a análise pormenorizada das modificações pertinentes, com a devida e gradual aprovação das adequações por unanimidade, foram também incluídas no texto da resolução as sugestões encaminhadas pelo Dr. César Simoni, concluindo-

se, desta forma, os trabalhos de adequação à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº. 23, de 17 de setembro de 2007. Em virtude da quantidade de modificações feitas, a Dra. Elaine propôs a revogação da Resolução CSMP nº 002/2007, a fim de que seja editado e publicado o texto corrigido sob uma nova numeração, mas contendo a mesma finalidade, ou seja, instituir as normas que regulamentam as peças de informação, a representação cível, o procedimento preparatório, o inquérito civil, a recomendação, a audiência pública e a precatória no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins. A proposta foi acatada à unanimidade. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a presente sessão às dezessete horas (17h), do que, para constar, eu _____(Elaine Marciano Pires) lavrei a presente Ata, a qual, após lida, conferida e assinada pelos membros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, será encaminhada para publicação.

Leila da Costa Vilela Magalhães

Presidente

Elaine Marciano Pires

Secretária

João Rodrigues Filho

Membro

Marco Antônio Alves Bezerra

Membro